

a 10 de novembro, a significação de comemoração do primeiro aniversário da Reforma Nacional.

Aberto aos diplomados pelas escolas superiores, o estágio pode ser efetuado nos seguintes estabelecimentos do Estado: Instituto Agrônomo, Instituto Biológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, Escola Politécnica de São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras Instituto Geográfico e Geológico, além de outros em que se tornar necessário ou conveniente.

A duração do estágio é de um ano no mínimo e, no máximo, de dois; durante o tempo de sua especialização, o estagiário perceberá a gratificação mensal de um conto e duzentos mil réis.

Os estagiários que concluírem sua especialização com real aproveitamento e houverem de-

monstrado boa capacidade para o exercício de cargo público, poderão ser nomeados para cargos técnicos iniciais da Secretaria da Agricultura, da mesma especialidade do estágio efetuado. Os estagiários que se revelarem pela sua capacidade, inteligência e amor à ciência, poderão ser enviados ao estrangeiro, para fim de aperfeiçoamento.

Em pleno vigor o regime de estágio, já se vai procedendo à seleção dos verdadeiros valores e à tão necessária especialização. A aplicação dos dispositivos do decreto n. 9.717 formará em breve uma plêiade de jovens estudiosos que, animados do espírito de investigação científica, estarão a serviço do País, concorrendo, confiantes nos altos destinos da nacionalidade, para a obra de redenção do Brasil.

Exposição Nacional do Estado Novo

Oito anos são apenas um momento na vida de uma nação. Mas quando, como no caso do Brasil, esses oito anos representam um ciclo da nossa vida política, em cujo desenvolvimento sucessivas transformações se operaram, modificando radicalmente todos os setores da vida nacional, desde a economia aos costumes, desde a educação ao aparelhamento técnico-militar, então o período de oito anos representa algo ponderável e digno de conhecimento.

Buscando realizar uma síntese da vida brasileira nesses oito anos, o governo organizou a Exposição Nacional do Estado Novo. Essa Exposição, orientada por forte tendência unionista, excluiu as particularidades estaduais e as diferenças regionais, preocupando-se apenas em mostrar, a largos traços, os aspectos essenciais da transformação por que vem passando o país. Através de gráficos de fácil leitura, de abundante documentação fotográfica, de eloquentes e simples demonstrações, a Exposição colocou ao alcance do homem da rua a síntese de um período de realizações e de esforços. A Exposição Nacional do Estado Novo foi, nesse sentido, um verdadeiro balanço das condições e possibilidades

da União. A atividade de cada departamento do Estado figurou ali como uma prestação de contas feita ao povo, do trabalho de um governo. Prolongando-se além da sua própria significação imediata, o material exposto adquire significação mais alta, qual a de tornar conhecido e sentido pelas massas o trabalho de um governo que, surgindo de uma revolução, e dispondo, em cinco anos de duração, de poderes excepcionais, adquira por isso mesmo compromissos ainda mais graves com a nação. De como soube ele desobrigar-se, ao mesmo tempo que contratava com o país um novo pacto de prestação de serviços, é prova a Exposição Nacional do Estado Novo.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Examinemos, por exemplo, o que tem feito o atual Governo no que toca aos serviços do Ministério da Viação e Obras Públicas, que enfeixa em suas atribuições encargos da maior relevância para o desenvolvimento nacional.

Além das reformas portuárias, cujos novos sistemas trouxeram incalculáveis benefícios ao erário público, bastando comparar a receita bruta

de 1.930 — de 80.204:990\$362 — com a receita de 1.938, até o mês de novembro — 161.854:648\$492, o Ministério deteve-se com afinco numa das mais gigantescas obras da administração moderna, que honra, sobremodo, a capacidade criadora e realizadora dos nossos homens públicos.

Referimo-nos à

Baixada Fluminense

Com o objetivo de promover e amparar o desenvolvimento da pequena propriedade, que melhor assegurará o aproveitamento e a cultura das terras da Baixada Fluminense, o Governo da República, em 1935, iniciou a valorização das referidas terras, que abrangem uma área de 17.000 quilômetros quadrados. Até então, grande parte desses terrenos se encontrava inteiramente imprestável para os trabalhos agrícolas, alagadiços como se achavam, e desprovidos das mais elementares obras de higienização rural. Por outro lado, fazia-se necessária a intervenção do poder público no sentido de pôr termo à ocupação indébita de grande parte dessas terras, pertencentes à União, por títulos inequívocos, e que estão na posse de falsos proprietários, que as exploram desordenadamente, devastando suas reservas vegetais e sem qualquer orientação na prática dos seus escassos trabalhos agrícolas. Casos ha em que indivíduos, sem justo título, nem posse legal, detêm grandes extensões de terras, ocupando verdadeiros latifúndios de 2 e 3 mil alqueires, que, além disso, permanecem incultos, em detrimento da produção e do desenvolvimento de tão importante zona.

Ante esse estado de coisas, o atual Governo vem enfrentando com energia e decisão o problema na sua totalidade; ao mesmo tempo em que foram iniciados, com a necessária intensidade, os serviços de saneamento da região, onde têm sido realizadas obras de vulto, procurou-se estabelecer uma legislação adequada, afim de expelir os exploradores, devolvendo à União essas grandes áreas, que, uma vez loteadas, serão redistribuídas aos pequenos lavradores, bem como em condições de legalizar a situação dos pequenos posseiros que cultivam diretamente a terra.

Iniciadas as obras numa extensão de 6.215 quilômetros quadrados, já foram até a presente data invertidos 35.968:184\$000, trazendo as obras já ultimadas uma valorização às mesmas terras

de Rs. 122.645:000\$000. Nessa empresa de tão importante significação, além do material de consumo, de transporte e dos utensílios manuais, foi empregado o seguinte aparelhamento, que dá bem uma impressão do porte dos trabalhos: 3 dragas, 44 *drag-lines*, 5 tratores, 4 *scrapers* e 1 *bulldozer*. Entre as obras executadas é de se destacar a dragagem de 2.500.000 metros cúbicos, a abertura de canais que se estendem até à cidade de Campos, com uma largura de 6, m0, e a profundidade de 1,m50; a construção de diques de 80 quilômetros e a limpeza de leitos dos rios, num total de 3.200 quilômetros.

Esses trabalhos se estendem de Mangaratiba a Campos, compreendendo as regiões de Goitacazes, Araruama, Guanabara e Sepetiba, onde têm sido construídos diques, pontes, barragens, canais, além de outras obras de menor vulto, tornando as suas terras em condições de serem um grande centro de produção agro-pastoril, um verdadeiro celeiro, que proporcionará o mais seguro e econômico abastecimento da Capital da República. Foi uma verdadeira conquista que o atual Governo realizou; as terras encharcadas e inaproveitáveis de ha pouco, passaram, pela ação do homem, bem orientada e dirigida, a constituir uma zona propícia e convidativa ao amanhã, ao trabalho, ao nucleamento de atividades.

Mas não ficou aí a obra governamental. Indispensável era se estabelecer uma regulamentação capaz de pôr termo à exploração dos *grileiros*, que se haviam apossado indevidamente das terras, ao mesmo passo que já não se podia mais retardar a expedição de uma legislação capaz de normalizar a situação dos pequenos posseiros que cultivam as terras, cuja posição incerta reclamava um mais razoável amparo legal. Para colimar esse fim, foi expedido o decreto federal n. 893, de 26 de novembro último, que veio regular o aforamento, a desapropriação, a venda e a exploração agrícola das terras da Fazenda de Santa Cruz e de outras pertencentes à União. Nos termos desse decreto, os foreiros, arrendatários, possuidores, ocupantes e quantos se julguem com direito a qualquer porção de terra em imóveis pertencentes à Federação na Baixada Fluminense ficam obrigados a exhibir os títulos em que fundam o seu direito a Comissões que serão oportunamente constituídas. Além dessas normas para uma completa e ampla revisão no tocante à situação jurídica dos vários detentores de terras na Baixada, em face das áreas que vêm ocupando, que

representa uma providência de capital importância e até mesmo preliminar, são fixadas as exigências e formalidades para a regularização dos direitos dos pequenos posseiros, estabelecendo, ainda, o mencionado decreto, que o Ministério da Agricultura elaborará o plano de colonização e de aproveitamento dos terrenos, quando será previsto o regime a ser adotado para melhor rendimento agrícola da citada zona.

Entretanto, dessa maneira, no seu duplo aspecto o problema da Baixada Fluminense, com a realização do saneamento e da higienização rural das suas várias regiões e com a instituição de um regime de terras e de trabalho mais adequado, mais justo e mais consequente, o Governo atual, com acerto e visão perfeita das nossas coisas, promove a valorização definitiva de tão importantes terrenos, incorporando-os à nossa riqueza mobilizável.

Nessas condições, alcança pleno êxito um notável empreendimento oficial, que bem dá uma mostra da capacidade técnica dos nossos serviços públicos e dos nossos homens, não só pela segurança das obras realizadas, como pelo seu vulto e caráter econômico, não contando ainda o seu destacado aspecto social.

Obras contra as secas

E' fato que ninguém desconhece que somente após a Revolução de 1930 o problema das secas, que tanto afligem as populações nordestinas, foi enfrentado com método e continuidade.

Assim, na administração que hoje responde pelos negócios públicos da União foram despendidos nas obras do Nordeste 775.099 contos, vultosa importância que teve a mais rigorosa aplicação nos serviços a que se destinou, trazendo essa inversão de capitais os mais altos resultados para a região. Com esses recursos foram construídos 28 açudes públicos, com capacidade para armazenagem de 1 bilhão, 250 milhões de metros cúbicos d'agua; 88 açudes de cooperação, podendo reter 106 milhões, 700 metros cúbicos d'agua; 593 poços tubulares; uma rede de canais de irrigação beneficiando cerca de 5.000 hectares de terrenos próprios à agricultura; 3.700 quilômetros de estradas de rodagem; 2.886 obras de arte especiais; 6.958 metros de extensão em obras de cimento armado, além de muitas outras obras menos vultosas.

Ao lado dessas realizações de real importância para tornar a região nordestina sujeita às estiagens em condições de ser trabalhada e aproveitada economicamente, vem o Governo promovendo a execução de um programa cultural capaz de concorrer decisivamente para fixar as populações sertanejas, antes mais sujeitas a deslocamentos, em consequência da falta de amparo e de uma assistência mais profícua. Buscando atingir esse objetivo, tem-se procurado proporcionar-lhes ensinamentos de métodos mais adiantados e mais rendosos na prática da agricultura, despertando-lhes simultaneamente o gosto pelas pequenas lavouras, pomares e hortas, que muito contribuirão para melhorar os recursos de alimentação da zona. Por outro lado, os vários postos agrícolas espalhados pelo sertão dão aos lavradores uma visão e uma perspectiva novas dos processos de trabalho e do aproveitamento da terra, ante a aplicação da maquinaria agrícola de que se acham aparelhados os doze postos agrícolas hoje em funcionamento.

Acresce ainda que, preocupado em constituir mais uma fonte de riqueza e de produção nessas regiões, a Comissão Técnica de Piscicultura tem desenvolvido um trabalho de grande proveito no seu setor de atividade. Estudando as condições e as possibilidades dos vários açudes existentes no Nordeste, bem como a biologia dos peixes naturais e adaptáveis ao meio, vem a referida Comissão colhendo precioso material de experimentação, afim de mais seguramente imprimir uma orientação aos seus trabalhos, capaz de trazer o fomento da produção do pescado. Cerca de 54 variedades novas já foram identificadas pela Comissão.

Gogita, no momento, o Governo, de redobrar os seus esforços para atacar, ainda com maior intensidade, os trabalhos iniciados dentro de um programa bem ordenado. Estão nessas condições, previstos novos serviços, novos empreendimentos, construções de novos açudes, de novos postos, de novas rodovias, a ampliação do Serviço de Piscicultura, isto sem contar com as obras de grande vulto no curso do São Francisco, entre as quais se acham incluídas barragens em Paula Afonso, em Belém, em Sobradinho e em Boqueirão, bem assim obras para irrigação entre Itaparica e Belém, entre Belém e Boavista, etc.

Verifica-se, desse modo, que atualmente é preocupação fundamental do Governo o aprovei-

tamento do grande rio nordestino, em vasta extensão do seu curso, trazendo essas obras a possibilidade de serem aproveitadas enormes áreas para trabalho agrícola e para a indústria pastoril, numa região de terras húmusas e de alta capacidade produtiva.

Correios e telégrafos, navegação, aviação e rodovias

Outras iniciativas de igual vulto tomou o Governo em relação, por exemplo, à reforma dos Correios e Telégrafos, não só quanto ao material como quanto aos métodos administrativos e ao melhor aparelhamento profissional do pessoal. Além disso, preocuparam-se os poderes públicos profundamente com o problema da navegação, reaparelhando o Lloyd Brasileiro por forma a torná-lo uma empresa capaz de acompanhar o progresso e as necessidades do país.

O Departamento de Aeronautica Civil, estimulando, amparando e regulando o surto da viação, e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, rasgando amplas veredas pelo país a dentro, completam o plano gigantesco de reconstrução que cabe ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

NO SETOR DA EDUCAÇÃO

Data de 1930 a instituição do Ministério da Educação e Saúde. Visava o Governo, com esse novo Ministério, centralizar e desenvolver todos os serviços de saúde e assistência, cultura e educação até então existentes no país, criando também novos departamentos e serviços. Durante oito anos de atividade, o Ministério da Educação e Saúde tem realizado importantes trabalhos, especialmente nos últimos anos. A divisão, natureza e qualidade dos seus serviços é o que examinaremos aqui, juntamente com as realizações e projetos em curso.

Em dezembro de 1939 será inaugurado o novo edificio do Ministério, na Esplanada do Castelo. É um bloco de construção monumental, que apresenta soluções radicais para os problemas da arquitetura. Baseia-se no aproveitamento do espaço vertical, deixando a maior parte da área franqueada ao público. Tratando-se de um palácio da cultura, conterà decorações e esculturas de grande porte. O pintor Cândido Portinari está fazendo a decoração do salão de conferên-

cias, onde dois grandes afrescos representarão a primeira aula no Brasil (missionários ensinando a índios) e uma aula moderna. No salão de audiências, doze afrescos do mesmo pintor representarão a evolução histórica do Brasil através a economia. Quatro esculturas: a mulher brasileira e o adolescente, pelo escultor De Fiore, a moça brasileira, por Adriana Janacopulos, e o homem brasileiro, irão figurar na decoração do palácio. "O homem brasileiro" será uma figura sentada, em granito, medindo 12 metros de altura. Os departamentos, salas e secções foram distribuídos de modo a facilitar a circulação e o melhor rendimento do trabalho. Será, sem dúvida, um dos mais completos edificios públicos do continente.

Ensino superior

O Governo federal mantém uma Universidade padrão, a Universidade do Brasil, destinada a incluir todos os cursos superiores previstos em lei, e constituir, pela sua organização e seus métodos, o modelo de todas as escolas superiores do país.

Atualmente a Universidade do Brasil tem oito faculdades, sendo sete no Rio e uma em Ouro Preto: Medicina, Odontologia, Engenharia, Belas Artes, Química, Música, Direito, Minas. Duas mais serão transferidas: Escola de Agronomia e Escola de Veterinaria. Estão em estudos, a Escola de Educação Física, Faculdade de Administração e Escola de Filosofia.

Ao passo que procura aperfeiçoar os serviços existentes, em matéria de ensino superior, o Ministério acelera os trabalhos de construção da Cidade Universitária, grupo de construções a serem levantadas na Quinta da Boa Vista, compreendendo 29 edificios. A Cidade Universitária será uma grandiosa iniciativa, destinada a solucionar o problema da preparação dos estudantes de curso superior. Sua construção começará dentro em breve, já havendo dotação orçamentária de 10.000 contos e um empréstimo de 90.000 contos para as desapropriações de terrenos. Além da Universidade do Brasil, mantém o Ministério a tradicional Faculdade de Direito do Recife, a não menos ilustre Faculdade de Medicina da Baía, que irá ocupar novo edificio, entre numerosas construções compreendendo hospital, clínicas especializadas, etc., e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, que também irá ocupar

nova sede, constituindo um magnífico centro de estudos médicos.

Ensino secundário

O Ministério fiscaliza todos os estabelecimentos de ensino secundário, estaduais, municipais e particulares, em número de 600, com matrícula de 140.000 alunos. Como estabelecimento-padrão, mantem o Colégio Pedro II, cujas velhas instalações acabam de ser remodeladas, e que passarão a ocupar, dentro de pouco tempo, novas construções. O futuro edifício do Colégio Pedro II, destinado a tornar esse estabelecimento o modelo de todos os colégios brasileiros, custará 16.000 contos, devendo estar pronto dentro de quatro anos. Também mantem o Ministério o Colégio Floriano, no Ceará, resultante da transformação do antigo Colégio Militar, e pretende manter outros, em diferentes pontos do país.

Ensino Primário

Até agora o ensino primário não constituiu matéria de trabalho do Ministério. A antiga Constituição entregava essa missão aos Estados. Mas, pelo decreto 868, de 18 de novembro de 1938, ficou definitivamente estabelecido o ensino primário como "problema nacional, a ser resolvido sob a alta direção do Governo federal". Essa resolução originou-se do reconhecimento de uma alarmante realidade: o analfabetismo está estabilizado no país. De ano para ano aumenta consideravelmente a população do Brasil. O aumento de escolas primárias atende ao aumento da população; mas não liquida a massa de analfabetos. Estamos, ha muitos anos, com 60% de analfabetos. Assim, o analfabetismo aumenta na medida em que aumenta a população, mantendo uma relação constante. O esforço estadual e municipal não liquida a massa de analfabetos. A União vai legislar agora sobre o assunto, dedicando a esses serviços avultadas verbas. Já este ano serão despendidos 10.000 contos com o ensino primário; as verbas irão duplicando e triplicando, de ano para ano, na medida das necessidades. A Comissão Nacional de Ensino Primário, recém-criada, pretende disseminar e melhorar o número e qualidade das escolas primárias do país.

Ensino profissional

O Ministério tem 20 escolas profissionais, uma em cada Estado e uma no Distrito Federal, com exceção do Rio Grande do Sul. As escolas atuais não são consideradas boas pelas autoridades do Ministério. Resolveram então abandonar as existentes e construir novas. Já iniciaram a construção no Distrito Federal, em Manaus, S. Luis e Vitória, construindo, para substituí-las, novas escolas, cujas maquetes foram expostas no stand do Ministério da Educação, na Exposição do Estado Novo. Em Pelotas, Rio Grande do Sul, levanta-se neste momento uma enorme escola profissional, dotada dos melhores recursos. Nenhuma dessas escolas ficará em menos de 4.000 contos. O Liceu Industrial do Distrito Federal, em construção já adiantada, vai custar 10.000 contos.

NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Balanço de uma grande atividade

Na confusão dos primeiros tempos que sucederam à revolução de 1930, quando os quadros políticos, instáveis e contraditórios, determinavam súbitas mutações e variações inesperadas, o Ministério do Trabalho, que era parte do programa de governo do Sr. Getúlio Vargas, realizava uma obra positiva construindo uma legislação sem precedentes na América. Os defeitos da legislação, seus excessos e suas medidas inadequadas correram por conta da inexperiência dos seus autores, do desconhecimento das condições nacionais e da própria instabilidade do meio em que se iria desenvolver a sua formação legal. Mas incontavelmente, com seus erros, seus excessos, suas medidas inadequadas, a legislação trabalhista no Brasil levou o país ao primeiro plano, entre as nações cuja legislação social se conta como das mais adeantadas. Quando, anos depois, a França quasi precisava de uma revolução para conseguir a lei de férias, já os brasileiros desfrutavam seus benefícios. Muitas das medidas pleiteadas pelos *leaders* radicais norte-americanos no seu país, já estavam inscritas no acervo da nossa legislação. A comparação com os outros países portanto, no caso das leis trabalhistas, só nos é favorável.

Quanto à aplicação dessas leis, no âmbito nacional, sem dúvida haverá ainda o que regular.

Desse minucioso trabalho de retificação e comparação com a realidade, encarrega-se atualmente o Ministério do Trabalho, com os mais auspiciosos resultados. Os benefícios, entretanto, foram incorporados à vida nacional como um sinal dos tempos. Longe das antigas incompreensões e da falta de iniciativa no terreno da proteção ao trabalho e ao trabalhador, o Brasil pôde servir de exemplo como um país que levantou, da noite para o dia, uma obra de assistência social que cada vez mais se aperfeiçoa. Cessaram, como por encanto, os pretextos da agitação extremista, pois não tomava corpo entre os trabalhadores a propaganda de medidas de proteção e assistência que eles já possuíam garantidas em lei.

De todas as iniciativas do Ministério do Trabalho, talvez a mais útil ao Brasil — exceptuada, é claro, a legislação — seja a obra de conhecimento das realidades nacionais por ele empreendida. Os inquéritos, estudos e pesquisas que ele tem levado a efeito, destinam-se a dar aos brasileiros uma visão nova, mais perfeita, mais justa, do seu país. Agora mesmo, as comissões de estudo para a instituição do salário mínimo procedem a um levantamento estatístico que irá constituir, dentro em pouco, o mais honesto e perfeito quadro da situação brasileira. E assim, conhecendo a verdade, pôde o Ministério trabalhar sobre ela com a certeza de atingir os seus objetivos. Já não tateia mais, operando num terreno de insegurança, cheio de incógnitas e de imprecisões. Esse trabalho de redescobrimto do Brasil através o conhecimento da sua realidade, não será o menor serviço do Ministério do Trabalho à obra da nossa civilização.

O palácio do Trabalho

No programa de construção de grandes edifícios públicos, destinados a centralizar as diferentes repartições de cada departamento do Estado, foi levantado o Palácio do Ministério do Trabalho, cuja inauguração, no 1.º aniversário da implantação do Estado Novo, constituiu acontecimento de repercussão nacional. O monumental edifício, que ocupa uma área de 3.933 ms²., na Esplanada do Castelo, tendo aproximadamente 37.500 ms². de construção, 16 andares, levou dois anos para ser entregue ao público. Gastaram-se nas obras do Palácio do Trabalho, projetadas pela secção de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho, 7.000 ms³. de cimento,

6.502 ms². de pedra, 2.091 ms². de pisos em mármore, 1.847 janelas. Esses algarismos podem dar idéia aproximada do vulto da construção. O m². de construção, incluídos os elevadores e toda a instalação, custou, em média, 480\$000.

O custeio foi feito com um empréstimo de 6.000 contos, a juros de 6%, feito ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, uma dotação orçamentária de 8.000 e um crédito especial de 4.000 contos, num total de 18.000 contos.

Discursando na inauguração do Palácio do Trabalho, o presidente da República afirmou :

“Sempre senti e expressei com clareza minha opinião a vosso respeito — intelectuais, artistas, operários fabris, comerciantes, bancários, lavradores — considerando-vos como valores humanos respeitáveis e não simples máquinas de produção ; foi sempre elevado o meu juízo sobre as vossas reservas de energia patriótica, interesse moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem para maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, creador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural”.

Sentido da Legislação Social-Trabalhista

Essa valorização do “material humano”, esse esforço pela recuperação do equilíbrio entre capital e trabalho, essa paz social conseguida por meio de recíprocas concessões e frequentes entendimentos, caracterizam a legislação social-trabalhista do Ministério do Trabalho. Por entre experiências e tentativas, percebe-se uma linha de continuidade que visa a pacificação das forças produtoras, dignificando o trabalho e valorizando o trabalhador.

NOSSA MARINHA DE GUERRA

Nem tudo o que se faz na Marinha pode ser exibido em público, evidentemente. Mas a parte de suas atividades que pode constituir objeto de conhecimento geral, por não constituir segredo militar, figura no pavilhão da Marinha, na Exposição Nacional do Estado Novo, e é quanto basta para despertar geral admiração pelo esforço realizado e pelos resultados em tão pouco tempo conseguidos.

A grande atração foi, sem dúvida, o diorama da nossa esquadra, diante do qual os visitantes

constantemente desfilaram. O novo palácio da Marinha, construção sóbria e compatível com as necessidades do importante Ministério, está representado na Exposição por uma perfeita maquete, além de coleções de fotografias que ilustram detalhes da construção. A maquete da nova Escola Naval em Villegaignon, com fotografias dos seus diversos pavilhões e interiores, dão uma idéia do conforto e grandeza da séde

danha", também figuram com seus modelos. Os cruzadores cuja construção se projeta fazer em o novo arsenal da Ilha das Cobras figuram em suas maquetes. A construção desses cruzadores será atacada assim que forem lançados ao mar os destroyers "Marcilio Dias", "Greenhalg" e "Mariz e Barros"; são tipos dos mais adeantados, empregando todos os mais recentes recursos da construção naval.



Um aspecto tirado no Pavilhão do Ministério da Guerra, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas

do principal estabelecimento de ensino naval no Brasil, recentemente construído. A base de combustível existente na ponte do Matoso (Ilha do Governador) é também representada por uma interessante maquete. Modelos de navios recém-construídos apresentam uma idéia do valor das recentes aquisições da nossa Marinha. O N. M. "Carioca", os monitores Paraguassú, Parnaíba, n. 3, os submarinos do tipo "Tupí", contra-torpedeiro da classe "Juruá", contra-torpedeiro da classe "Greenhalg" e o navio-escola "Almirante Sal-

Coleções de fotografias de navios documentam a incorporação dos seguintes barcos à nossa esquadra a partir de 1930: navio-escola "Almirante Saldanha"; N. T. "Marajó", N. H. "Rio Branco", N. H. "Jaceguay", N. A. "Vital de Oliveira", N. A. "José Bonifácio", N. T. "Potengi"; submarinos "Tamoio", "Tupí", e "Timbira"; monitores "Parnaíba" e "Paraguassú", N. M. "Itacurussá", "Itajaí", "Itapemirim" e "Iguape". Seis contra-torpedeiros estão em construção na Inglaterra: "Juruá", "Jutai", "Juruema",

"Japurá", "Jaguaribe" e "Javary". No Brasil, as seguintes unidades construídas: "Parnaíba", "Paraguassú", "Carioca", "Camamú", "Camocim", "Caravelas", "Cabedelo", "Camaquan", "Greenhalg", "Marcilio Dias" e "Mariz e Barros".

O monitor "Parnaíba", recentemente construído no arsenal novo da Ilha das Cobras, e incorporado à flotilha de Mato Grosso, está documentado por vinte e três grandes ampliações fo-

Exposição do Estado Novo, demonstram, com auxílio de gráficos, aparelhos e informações, essa afirmação. Na parte central do recinto da Exposição, destinada à Marinha, destaca-se um avião bi-motor de bombardeio — o décimo já concluído da série em construção nas oficinas da Aviação Naval. Esse avião, que alçou vôo para o aeroporto "Santos Dumont", está armado com duas metralhadoras e bombas, possuindo moderna apa-



Outro aspecto do Pavilhão do M. da Guerra

tográficas de diversas fases da sua construção. O modelo do navio-mineiro-varredor "Carioca" atrai a atenção do visitante. Navios dessa classe, ha seis em construção, cinco na ilha das Cobras e o "Camocim", no velho arsenal. Dezoito ampliações mostram o desenvolvimento desses trabalhos e o lançamento à água do "Carioca" e do "Cananéia".

Aviação naval

O setor da aviação tem merecido, na Marinha, especial atenção. As exibições efetuadas na

relhagem e uma estação de rádio e radiogoniômetro.

Tambem figura na parte relativa à Aviação Naval um avião-escola, o quadragésimo de uma série, construído nas suas oficinas. A eficiência técnica desse aparelho exemplar e a elegância de suas linhas, exaltadas pelos pilotos, são motivo de orgulho para a aeronáutica nacional. Tambem figura ali a fuselagem (esqueleto), de um avião-escola, no qual se podem apreciar em detalhe as partes integrantes do aparelho. Tanques de gasolina, asas de avião seccionadas, longarinas, es-

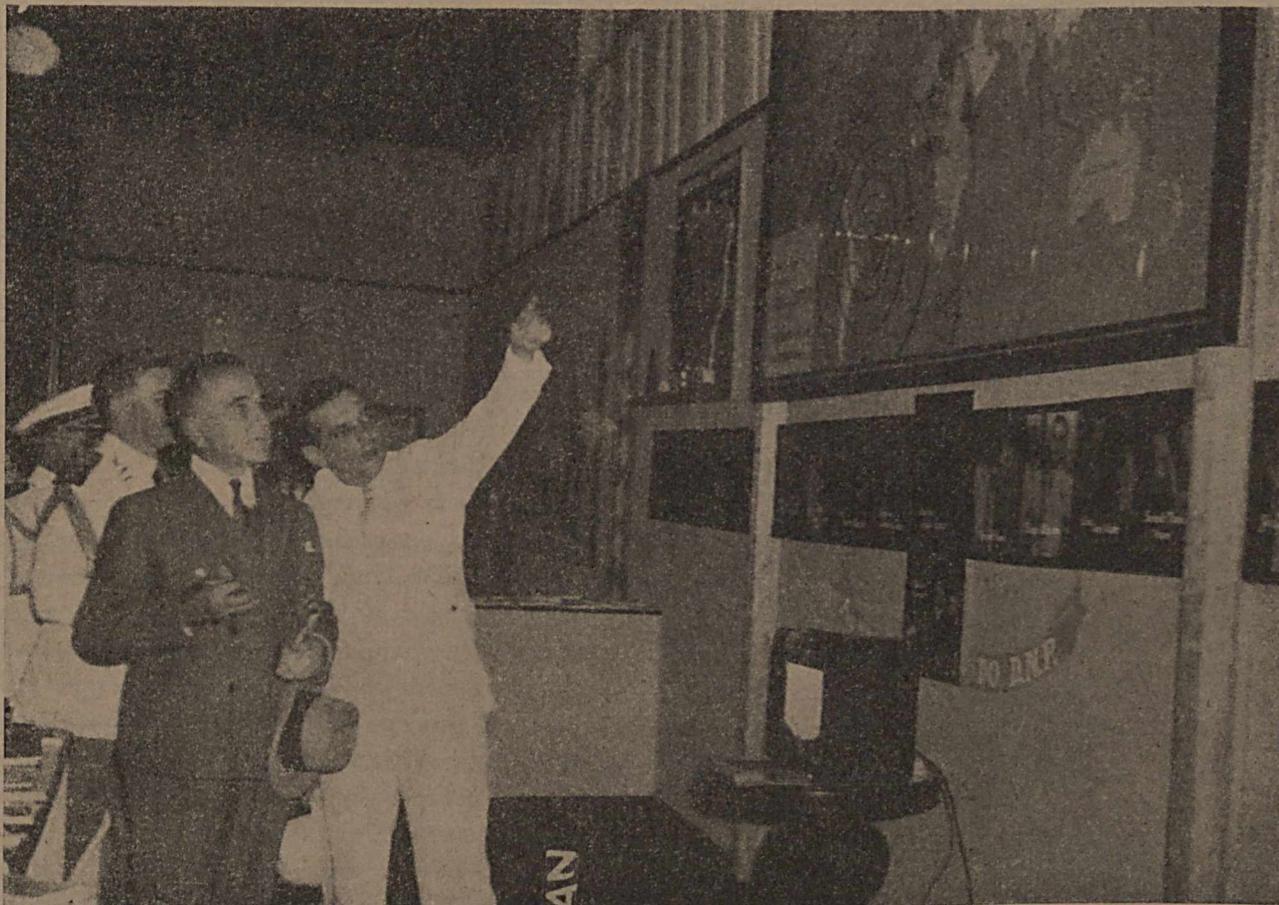
tabilizador de avião-escola, construídos com matéria-prima nacional, constituem farta prova da capacidade das oficinas da Aviação Naval. Outros aparelhos e instrumentos completam o mostruário: hélices de avião construídas em série, registram um número de 35 entradas em serviço em 1938.

O MINISTÉRIO DA GUERRA

O problema do preparo técnico e tático do Exército assemelha-se em linhas gerais ao pro-

para a Artilharia de Costa (nossos grandes amigos estão na vanguarda do mundo nessa especialidade militar).

Muitos são os que combatem o contrato de missões estrangeiras para instrução de nosso Exército. Geralmente são indivíduos com pouco conhecimento de causa que assim procedem. Admitindo mesmo que essas missões pouco ou nada ensinassem, e não é absolutamente o nosso caso, restar-nos-ia ainda a vantagem de constituírem os únicos canais por onde nos poderiam chegar com



No Pavilhão do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

blema do material. É que si de um lado temos necessidade de desenvolver o ensino e difundi-lo pelos diferentes setores, por outro lado não se pode deixar de promover a canalização para o nosso país dos conhecimentos e evolução da doutrina de guerra dos países mais adiantados. E isso muito bem compreendeu o nosso Governo não só renovando o contrato com a Missão Militar Francesa, a quem tanto deve o Exército Brasileiro, como ainda contratando uma Missão Norte-Americana

regularidade os progressos feitos pela arte militar nos países mais adiantados nesse assunto.

Também a parte da preparação técnica, ou melhor, a preparação de técnicos, tem sido cuidada com especial carinho: a Escola fundada para esse fim já vem produzindo seus frutos.

Técnicos e táticos são enviados aos grandes centros afim de aperfeiçoarem seus conhecimentos. O nível intelectual do Exército continua a se elevar gradualmente.

O Estado Maior do Exército, prestigiado pelo Ministro da Guerra e pelo Governo da República ponde se entregar a seus trabalhos naturais. O resultado desses trabalhos nós o vemos consubstanciado na série de leis baixadas pelo Presidente.

O Exército recebeu uma nova organização; as grandes unidades foram modernizadas, os quadros de efetivos foram reajustados, e a motorização vai progressivamente sendo introduzida em nosso meio.

Novas leis de promoção são estudadas e postas em execução em obediência aos imperativos de justiça e de melhoramento dos nossos quadros.

Uma nova lei de montepio vem derrubar as iníquas tabélas mantidas até bem pouco tempo. A Justiça Militar é reformada.

Mas aí não ficou a atividade do Estado Maior — uma série de regulamentos veio melhorar as condições de preparo técnico e tático do Exército.

O Serviço de Engenharia, sustentado por verbas especiais, continua ao mistér de melhorar as condições de conforto.

Os Batalhões Ferroviários e de Sapadores, localizados logicamente, podem agora desempenhar seu patriótico trabalho, qual seja o de construir estradas que, melhorando as condições econômicas de diversas regiões, favorecerão uma futura mobilização, permitindo ao mesmo tempo que eles se adextrem para seu árduo mistér na guerra.

Muitas foram as compras de material efetuadas e não menor é o número das que se acham em estudo.

Encarando inteligentemente esse problema, foram criados vários cursos técnicos preparando desde já os futuros dirigentes de nossas fábricas.

Várias manufaturas, que não dependem inteiramente da grande produção de aço, estão sendo realizadas. Podemos citar as da Fábrica de Projéteis de Artilharia, que rivaliza com as melhores do mundo, as da Fábrica de Material Contra Gases, que já possui tipos próprios, graças ao preparo e devotamento de seus técnicos, as da Fábrica de Canos e Sabres, etc.

A construção de aviões continua a ser incrementada; enfim, tudo o que pode ser realizado com nosso reduzidíssimo parque industrial está sendo fabricado ou em via de fabricação.

O Estado Maior estuda com afinco as questões da Siderurgia e do Petróleo; o Governo acata suas opiniões.

Si enumerarmos as principais realizações do Exército, em seus diversos setores, teremos a seguinte visão panorâmica de sua grande obra.

PROPAGANDA DO REGIME

No tocante à defesa das instituições nacionais, não se pode esquecer a atuação eficiente da propaganda dirigida pelo Estado.

Data de julho de 1934 a organização do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, órgão de ação não só informativa, artística e educativa, mas sobretudo órgão de propaganda do Governo, órgão de coesão nacional como poderoso elemento de formação da opinião pública, órgão enfim de importância decisiva na defesa e consolidação do regime. Competia-lhe, a princípio, o estudo e a utilização do cinematógrafo, da radiotelegrafia e demais processos técnicos como instrumentos de difusão, bem como classificar os filmes educativos, estimular a sua produção e circulação e racionalizar a sua exibição em todos os meios sociais.

Desenvolvendo os seus serviços, o Departamento desdobra-se hoje num grande número de atividades, seja mantendo um programa diário de rádio-difusão, programa de arte, de propaganda e de informação ("Hora do Brasil"), executado simultaneamente pelas 53 estações emissoras existentes no país, seja fornecendo crônicas para as estações de rádio; editando obras sobre as atividades do Governo e distribuindo à imprensa nacional e estrangeira colaboração assinada por nomes de projeção; imprimindo e distribuindo prospectos, albuns e cartazes demonstrativos das realizações do Governo e das possibilidades do Brasil, mantendo uma agência telegráfica que fornece diariamente aos jornais copioso noticiário nacional e internacional, além de comentários, fotografias e reportagens; editando jornais cinematográficos, de propaganda e controlando, préviamente, a exibição de films; do ponto de vista da sua moralidade ou conveniência; seja, finalmente, estreitando o intercâmbio cultural e informativo do Brasil com entidades e países estrangeiros.

Suas várias secções — Secretaria, Agência Nacional, Rádio, Cinema e Turismo — organizadas e ampliadas progressivamente de acôrdo com as necessidades do serviço, estão atualmente ha-

bilitadas a realizar uma grande obra de propaganda do Brasil e do regime político brasileiro, tanto no interior como no exterior.

O cadastro dos jornais nacionais diários, em número de 950, completamente organizado, e o cadastro das publicações estrangeiras, já bastante desenvolvido, contendo 1.318 jornais, asseguram ao Departamento uma poderosa rede de expansão

da sua propaganda. As informações radio-telegráficas diárias para os vapores ("Jornal dos Mares") e para Portugal ("Jornal de Portugal"), bem como o "Boletim de Informações", publicação mensal em espanhol, inglês, francês e alemão, com uma tiragem de 20.000 exemplares para cada idioma — contribuem poderosamente para o conhecimento do Brasil no estrangeiro.

O novo edifício do Quartel General do Exército

Durante muito tempo deixou-se de atribuir à racionalização do trabalho, na administração pública brasileira, a importância que hoje todos se admiram de lhe ter negado antes. E, como consequência natural desse despertar para a realidade, começou-se uma revisão dos erros que tanto e por tanto tempo retardaram a evolução de processos em uso. Enormes eram as falhas só agora notadas.

Não só as reformas se impunham no tocante à seleção do pessoal, mas, também, urgia oferecer aos servidores do Estado condições de trabalho que lhes permitissem produzir o máximo, com o mínimo de esforço — objetivo único da campanha racionalizadora.

Tivemos ocasião, em nosso número de julho, de comentar a importância assumida pelos edifícios destinados a sedes de repartições públicas para a eficiência dos serviços neles instalados. A técnica da construção, orientada no sentido de aliar às preocupações de ordem estética as do interesse administrativo, presta um serviço de grande relevância, pois sem a sua cooperação todo esforço empenhado para a melhoria dos serviços terá como resultado uma obra incompleta.

Compreendendo sabiamente esta verdade, de há muito se preocupavam as autoridades militares com a ereção de um edifício moderno para sede do Ministério da Guerra, já mal acomodado no histórico quartel da Praça da República, insuficiente para conter as dependências ministeriais, notavelmente desenvolvidas, sobretudo, nesta última década.

Dentro em pouco será dado ver ao público o resultado dessa determinação, na obra formidável que já se encontra em vias de conclusão e que será, além de um benefício à eficiência das repartições militares, uma obra de arte a embelezar a formosa capital da República, dando à zona em que está situada um novo aspecto de beleza, apagando a triste impressão hoje causada pelo conjunto de ruas tortuosas e prédios centenários que enfeiam aquela parte do Rio antigo.

O ESTILO ADOTADO

A influência do chamado estilo moderno norte-americano, apresentando a composição monumental sem repudiar o senso artístico — como acontece com o utilitário estilo chamado "soviético" que alguns pretenderam firmar a título de concepção revolucionária da arte — fez-se impor, mais uma vez, aos idealizadores do grande edifício do Ministério da Guerra.

Encarregado de apresentar um ante-projeto, após outras tentativas, o engenheiro Cristiano Stockler das Neves fê-lo vitoriosamente, embora restringindo-se ao ante-projeto do edifício da rua Marcilio Dias. Encarregado, então, de elaborar o projeto definitivo, apresentou seus estudos para o conjunto, adaptando o dessa ala, de construção já iniciada em obediência a um projeto anterior.

As fotografias que ilustram esta notícia, mais que qualquer descrição, mostram a estrita obediência dos seus autores às leis do belo, às regras da estética, servindo ao estilo moderno norte-